

Apresentação

O grupo de trabalho sobre administração pública constituiu-se, basicamente, de dois painéis: o primeiro relacionado às empresas estatais e a controvérsia sobre as suas dimensões empresariais e públicas, e o segundo sobre formação e treinamento em administração.

No primeiro painel, foram apresentados os trabalhos de Roberto Costa Fachin e Luis Carlos Moreira da Silva, sobre o “Comportamento político do dirigente de empresa estatal na formulação de estratégias”, e o de Paulo Roberto Motta, sobre “Avaliação de empresas públicas nos países em desenvolvimento: a perspectiva social.”

No trabalho dos Profs. Fachin e Moreira da Silva, a ambigüidade entre objetivos empresariais e políticos das empresas estatais é analisada do prisma individual, isto é, do comportamento político do dirigente da empresa. O estudo centraliza-se no caso da Codepe, uma empresa estatal de processamento de dados, que opera competitivamente no estado do Rio Grande do Sul. Especificamente, examina-se uma decisão do Governo do estado de incentivar e participar acionariamente de empresas fabricantes de minicomputadores, que viessem a se instalar no estado. Essa decisão acabou gerando uma imposição política do estado sobre a empresa estatal Codepe, para que passasse a atuar numa área em que ainda não estava capacitada competitivamente, que era a de comprar e vender minicomputadores a órgãos do estado. Tal decisão, entretanto, conflitava com a política empresarial da Codepe, que era a de efetuar o processamento de dados nos grandes sistemas do estado. Através de um estudo de caso, bastante analítico, os autores mostram como os dirigentes souberam adaptar as demandas econômicas sobre a empresa às necessidades do Governo do estado, garantindo, assim, a relevância e sobrevivência futura da empresa.

O trabalho de Paulo Motta aborda a questão de empresas estatais nos países em desenvolvimento, do ponto de vista das dimensões públicas e sociais da empresa estatal e não de suas dimensões empresariais.

O trabalho adota uma metodologia comparativa, tomando a própria empresa como unidade básica de análise. Procura, assim, analisar não só as concepções sobre avaliação social de empresas públicas, mas, também, as influências que os critérios de ação e

avaliação empresariais têm sobre a dimensão pública da empresa. Por outro lado, questiona, também, o próprio conceito de “empresa” nos países em desenvolvimento, que às vezes se torna mais ambíguo e impreciso do que as próprias dimensões pública ou social da empresa. No segundo painel, foram apresentados os trabalhos de Sylvia Maria Roesch Ely, “Analisando a implementação de políticas públicas – o caso da Lei nº 6.297/75 de incentivos fiscais à formação profissional nas empresas”, e de Tânia Fischer, “Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira”. Sylvia Ely, através de um grande esforço de pesquisa, analisa a política de incentivos fiscais à formação profissional, na perspectiva da implementação, mostrando as distâncias que ocorrem entre os objetivos expressos no espírito da Lei nº 6.297 e os resultados efetivamente alcançados.

Apesar das modificações introduzidas na forma de implementação da lei, fatores como as dificuldades internas de organização da empresa para obtenção dos incentivos e os problemas de planejamento empresarial, num contexto de turbulência, impediram que os resultados alcançados se aproximassem dos níveis desejados. O trabalho da Profa. Sylvia Ely contém, ainda, uma série de dados quantitativos, que ajudam a demonstrar os problemas de implementação da política de incentivos fiscais à formação profissional.

Tânia Fischer apresenta um sólido documento sobre a administração pública como área de conhecimento e ensino. Ela aborda o problema do ponto de vista histórico, analisando as experiências de implantação no Brasil do estudo de administração pública como disciplina. No entanto, trata-se menos de um trabalho de análise histórica de instituições de ensino em administração pública e mais de uma visão analítica das concepções de racionalidade administrativa, absorvidas pelo contexto brasileiro, que influenciaram e foram influenciadas por essas instituições.

A autora conclui que o processo de desenvolvimento de um paradigma inspirador do ensino de administração pública, no Brasil, continua em andamento, tanto metodológico quanto substantivamente.

*Paulo Roberto Motta
EBAP/FGV (Coordenador do Grupo)*